

ARTIGO ORIGINAL

O uso de contraceptivos de emergência por estudantes de uma instituição de ensino superior de Belém, Pará

The use of emergency contraceptives in students of a higher education institution in Belém, Pará

Rodrigo Junior Farias da Costa

Universidade do Estado do Pará. E-mail: rodrigofjunior@hotmail.com; Orcid: 0000-0001-5648-0646

Fabyane Moreira Duarte

Escola Superior da Amazônia. E-mail: fabyaneduarte@outlook.com; Orcid: 0000-0001-6247-0137

Cristianne de Nazaré Reis da Silva

Escola Superior da Amazônia. E-mail: cristianners@hotmail.com; Orcid: 0000-0003-3430-3176

Bruno de Oliveira Santos

Universidade do Estado do Pará. E-mail: broliveirasantos@hotmail.com; Orcid: 0000-0001-9411-4700

Rafael Aleixo Coelho de Oliveira

Universidade do Estado do Pará. E-mail: aleixorafael@gmail.com; Orcid: 0000-0003-4288-0037

Luann Wendel Pereira de Sena

Universidade do Estado do Pará. E-mail: luannsena@gmail.com; Orcid: 0000-0001-9363-5766

Resumo: O contraceptivo de emergência é uma substância hormonal, que ainda nos dias atuais encontram-se resistências de natureza religiosa, cultural e social em diferentes regiões do mundo. Este estudo teve por objetivo analisar a forma do uso de contraceptivos de emergência por estudantes de uma instituição de ensino superior de Belém, no estado do Pará, no ano de 2018. Foi realizado um estudo ecológico e transversal teve como universo da pesquisa todas as universitárias de uma instituição de ensino superior no período noturno maiores de 18 anos. Para a confecção dos resultados os dados foram implementados no software TabWin 36b e Excel 2013. As análises de significância estatística foram realizadas com o teste de qui-quadrado: proporções esperadas iguais através do software Bioestat 5.0. O perfil epidemiológico das universitárias que fizeram utilização do contraceptivo de emergência foi de predominância da faixa etária de adultos jovens (90,45%), etnia parda (51,82%), solteira (65,00%), católica (52,73%), que estudam e trabalham (70,45%) e que são alunas do curso de farmácia (57,73%). A análise também mostrou que a maioria das universitárias possui vida sexual ativa. Este estudo proporcionou uma melhor compreensão do perfil epidemiológico das usuárias desse método de contracepção. Além de colaborar para a gestão do cuidado a partir do subsídio ao planejamento e tomada de decisões relacionadas ao processo saúde-doença.

Palavras-chave: Contraceptivo de emergência. universitárias. saúde pública.

Abstract: Emergency contraceptive is a hormonal substance, which still today are resistances of a religious, cultural and social nature in different regions of the world. This study aimed to analyze the form of the use of emergency contraceptives in students of a higher education institution in Belém, in the state of Pará, in 2018. An ecological and cross-sectional study was conducted with the universe of research all university students of a higher education institution in the night time older than 18 years. For the preparation of the results, the data were implemented in the TabWin 36b and Excel 2013 software. Statistical significance analyses were performed with the chi-square test: equal expected proportions using the Bioestat 5.0 software. The epidemiological profile of university students who used emergency contraceptives was predominant in the age group of young adults (90.45%), mixed ethnicity (51.82%), single (65.00%), Catholic (52.73%), who study and work (70.45%) and who are students of the pharmacy course (57.73%). The analysis also showed that most university students have an active sex life. This study provided a better understanding of the epidemiological profile of users of this method of contraception. In addition to collaborating for the management of care from the support to planning and decision-making related to the health-disease process.

Keywords: Emergency contraceptive. university students. public health.

Recebido em: 06/05/2020

Aprovado em: 04/07/2020



INTRODUÇÃO

O contraceptivo de emergência (CE), mais conhecido como pílula do dia seguinte, começou a ser estudado entre os anos de 1960 e 1970, pelo médico canadense Albert Yuzpe como resposta médica para prevenção da gravidez como consequências do estupro. O método que consiste na ingestão de uma substância hormonal, uma combinação de etinilestradiol e progesterona, atuando na suspensão da ovulação e migração do esperma nos dias após a relação sexual. Porém provocaram inúmeros efeitos adversos como cefaleia, náuseas e vômito (BRANDÃO et al., 2017; RORIZ; RIBEIRO, 2016).

No Brasil, em 12 de janeiro de 1996, a CE foi definida pelo Ministério da Saúde (MS) pertencente as normas técnicas da Lei nº 9.263 de Planejamento Familiar. Diante disso, em 1999, essa combinação foi substituída e disponibilizada por um único hormônio, a progesterona, que diminuiu os efeitos negativos e aumentou sua eficácia. O uso de CE é recomendado somente em casos de emergência como rompimento do preservativo uso inadequado do método anticoncepcional regular ou após um ato de violência sexual (BRANDÃO et al., 2017; BRASIL, 2017).

Hoje podemos encontrar o contraceptivo, o método levonorgestrel, de duas formas, a primeira é dois comprimidos de 0,75 mg de levonorgestrel, ingeridos com 12 horas de diferença da primeira dose, e a outra forma é uma única pílula de 1,5 mg de levonorgestrel, esse medicamento pode ser utilizado até 5 dias após a relação, porém quanto mais cedo for ingerida, maior será sua eficácia (DE OLIVEIRA; BURCI, 2019). Devido ser adquirido em farmácia, dispensando a apresentação de receita médica, é utilizado por mulheres, muitas vezes sem acompanhamento médico (RORIZ; RIBEIRO, 2016).

Dentre a maioria dos estudos atuais no País, estima-se que a maioria das usuárias de CE encontra-se na faixa etária de adolescentes e jovens. Nessa fase ocorrem mudanças relacionadas com a construção da sexualidade, afetividade e intimidade, assim como, a relação do indivíduo em si. Compreendendo também, que nesta etapa a maioria dos jovens está em fase de estudos e expectativa para entrada no mercado de trabalho, dessa maneira uma gestação não desejada, poderia gerar consequências durante a fase adulta (DE ALMEIDA et al., 2019; DO CARMO; DUARTE, 2017).

No entanto apesar de apresentarem alto conhecimento para vivenciar a sexualidade de forma mais segura e sem riscos, o segmento mais escolarizado se depara com inconsistências no uso de métodos contraceptivos, tal exercício da sexualidade tem sido feito à custa de um grande número de gravidezes não planejadas em todo o mundo, quer por erro, por não utilização ou falha dos métodos contraceptivos, ou mesmo por violência sexual embora o uso do CE seja usado no Brasil para controle de fecundidade, a utilização do CE por parte dos jovens é inconsistente quando não sentem a necessidade de

fazer o uso de preservativos (DE ALMEIDA et al., 2017; BRANDÃO et al., 2016).

Diante disso, a preocupação está direcionada à prevenção da ocorrência da gravidez e por essa razão ocorre o uso indiscriminado deste medicamento, assim como uma possível substituição de um método contraceptivo regular, sendo explicado pelo fácil acesso pelas usuárias à CE, que usam o método com recorrência ou sem orientação por profissionais da área da saúde, podendo gerar assim aumento dos efeitos colaterais e de suas complicações (CAVALCANTE et al., 2016).

Embora o método seja prático, o seu uso rotineiro pode levar a perda ou a diminuição da sua eficácia devido ao uso frequente e incorreto, podendo desencadear interações medicamentosas e hormonais, assim como uma menor importância a preocupação pela desproteção frente a doenças sexualmente transmissíveis (DST) e o risco de reações adversas em determinados grupos em especial (DE ALMEIDA et al., 2015).

Diante de todo esse aspecto, o objetivo foi analisar a forma do uso de contraceptivos de emergência em estudantes de uma instituição de ensino superior de Belém, no estado do Pará, no ano de 2018.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo ecológico e transversal teve como população 220 cadastros de universitárias de uma determinada faculdade de Belém, Pará, Brasil. Os dados epidemiológicos (Idade, Etnia, Religião, Estado Civil, Ocupação) foram obtidos através do cadastro da secretaria da faculdade que foi objeto deste estudo. Foram incluídas todas as universitárias da instituição de ensino do período noturno e que eram maiores de 18 anos.

Para a coleta de dados relacionada ao conhecimento que detêm as universitárias sobre os contraceptivos de emergência foi utilizado um questionário semiestruturado com questões predominantemente fechadas e pré-codificadas e sem identificação. Sendo que, o questionário depois de preenchido era obrigatoriamente colocado pelas as universitárias em uma urna para que não houvesse identificação dos dados das mesmas.

Os questionários foram conferidos regularmente quanto à consistência de seu preenchimento. Para a digitação dos dados utilizamos o software Microsoft Excel 2013. Para a realização do trabalho em laboratório, inicialmente foi necessário a criação do modelo de integração das bases de dados. Posteriormente foi realizado a depuração do banco de dados, sendo assim foram retiradas as redundâncias, incompletudes e atributos desnecessários oriundos dos bancos de dados, para tal foram utilizados os softwares TabWin 36b, do Ministério da Saúde e o Microsoft Excel 2013.

Após a organização das tabelas foi realizado o cálculo de percentual que permitiu verificar o perfil epidemiológico, além de que também foram gerados gráficos relacionadas às perguntas fechadas contidas no dicionário. Para a avaliação da significância estatísticas

dos dados obtidos foi escolhido o teste qui-quadrado de proporções esperadas iguais, que foi feito através do software BioEstat 5.0.

Os dados foram obtidos de fonte secundária sem a identificação dos sujeitos e teve o aceite da instituição para que a pesquisa fosse realizada. Sendo assim, a presente pesquisa foi dispensada da apreciação por um Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo mostrou que a faixa etária mais predominante é de adulto jovem (18 a 40 anos) que corresponde a 90,45%. A raça mais significativa é da cor parda, com 114 participantes, correspondendo a 51,82%, as solteiras são as que mais utilizaram com 65%. Com relação a religião, 52,73% afirmaram ser católicas. A maioria das universitárias estuda e trabalha correspondendo a 70,45% da amostra, e o curso de farmácia foi mais predominante com 57,73%, conforme a Tabela 1.

Tabela 1: Perfil epidemiológico das universitárias que fizeram uso do contraceptivo de emergência no período de 2018.

Variáveis		n	%	P- valor
Faixa Etária	Adulto Jovem (18 a 40 anos)	199	90,45	< 0,0001
	Meia Idade (41 a 65 anos)	21	9,55	
Raça	Branca	89	40,45	< 0,0001
	Parda	114	51,82	
	Preta	17	7,73	
Estado civil	Casada	77	35,00	< 0,0001
	Solteira	143	65,00	
Religião	Católica	116	52,73	< 0,0001
	Evangélica	64	29,09	
	Outros	40	18,18	
Ocupação	Estuda	65	29,55	< 0,0001
	Estuda e trabalha	155	70,45	
	Administração	27	12,27	
	Direito	2	0,91	
Curso	Enfermagem	19	8,64	< 0,0001
	Farmácia	127	57,73	
	Fonodiologia	13	5,91	
	Nutrição	30	13,64	
	Serviço social	2	0,91	

Fonte: Protocolo de pesquisa, 2020.

A faixa etária mais acometida foram os adultos jovens que concentra a maior parte da população que está inserida dentro do contexto da universidade. A predominância nesta fase pode estar relacionada a maior falta de prevenção ao manter relação sexual. Também pode se inferir que as mulheres de meia idade já mantem um relacionamento conjugal fixo onde as mesmas utilizam outros tipos de métodos contraceptivos. Os dados de faixa etária encontrados neste estudo foram concordantes com os de estudos similares realizados no Brasil, que relatam esta variável como importante característica para a utilização do CE (DO CARMO; DUARTE, 2017; DE SOUSA; CIPRIANO, 2019).

No que diz respeito à variável etnia, houve predominância da cor parda. Este fato pode estar relacionado à característica da formação étnica no Brasil, com a grande presença de pardos na Região Norte, divergindo em estudos como o de Ferreira et al. (2018) também realizado em uma universidade particular na Região Centro-Oeste com predomínio da cor branca.

A maioria das universitárias se declarou ser solteira, o fato da utilização desse método contraceptivo pode estar associado ao alto número de parceiros sexuais, identificando assim uma vida sexual

ativa, como inclusive a vivencia em ambientes sociais, como festas, onde ocorre a utilização de bebidas alcoólicas, como fator de descontração, relaxamento e estreitamento de relações entre os universitários, podendo assim ocorrer a atividade sexual sem planejamento o que leva a falta de prevenção em relações sexuais desprotegidas (FERREIRA; DA COSTA; CHAGAS, 2018; LIMA et al., 2017).

No que diz respeito a variável religião o catolicismo foi o mais significativo. Este fato coincide em sua predominância a maioria dos estudos que observaram esse tema, contrapondo ainda alguns pontos característicos do conservadorismo moral e religioso, principalmente posicionamentos do catolicismo com discursos que ligam a contracepção ao abortamento, condenando deste modo seu uso. Mas que foram importantes para a conquista de diversos direitos sexuais e reprodutivos aprovados atualmente (LACERDA; PORTELA; MARQUES, 2019).

As universitárias que estudam e trabalha foram as mais predominantes com relação a utilização do CE, isso pode estar relacionado a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho, pois as mesmas podem apresentar uma melhor condição financeira o que pode facilitar a compra dos CE onde as mesmas

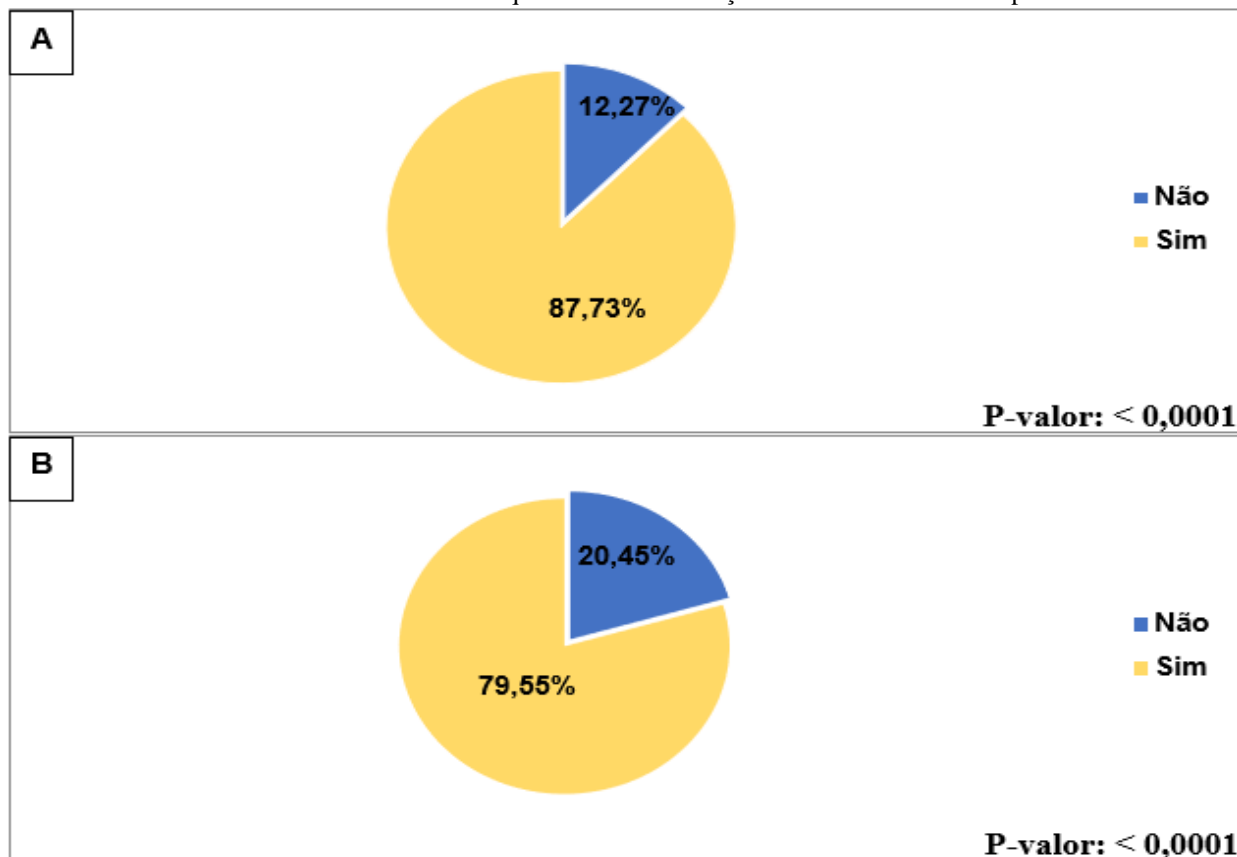
não necessitam pedir ajuda financeira para outras pessoas (PORTO et al., 2019).

O curso de farmácia apresentou a maior utilização dos CE, este fato pode ser explicado por conta do grande contingente populacional de alunos de farmácia na universidade estudada, onde o mesmo é o curso com maior número de alunos. Porém isto é um fato que preocupa, pois, os mesmos deveriam ter um maior cuidado com a utilização do CE, visto que é estudado durante o curso os efeitos adversos desse tipo de medicação. Sendo assim, são importantes e

competentes para a orientação das usuárias sobre a CE. (BRAMBILLA; RIECHEL; AMADEI, 2016; BRANDÃO et al., 2016).

O estudo mostrou que a maioria das universitárias entrevistadas possui vida sexual ativa (87,73%) quando comparado as que fizeram o uso do CE, mas não tem vida sexual ativa (12,27%). Foi possível observar que 79,55% das mulheres universitárias mantêm ou mantiveram relações sem o uso do preservativo e que apenas 20,45% faziam o uso em todas as suas relações sexuais, conforme a Figura 1.

Figura 1: A) Percentual de mulheres universitárias que matem ou não matem relação sexual de forma ativa. B) Percentual de mulheres universitárias que mantiveram relações sexuais sem o uso do preservativo.



Fonte: Protocolo de pesquisa, 2020.

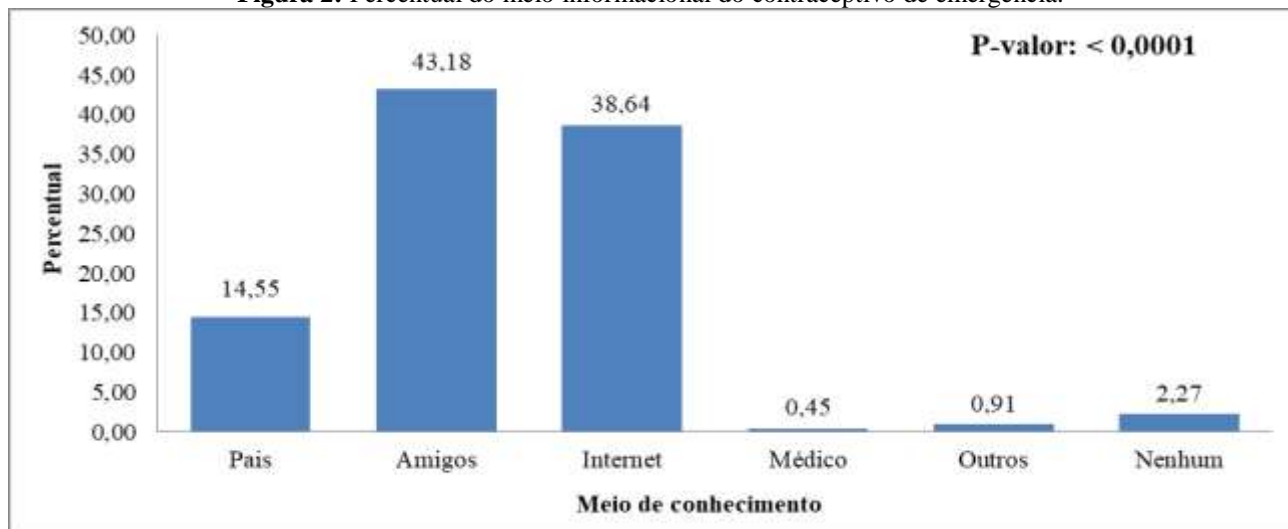
O fato da maioria das mulheres universitárias manter de forma ativa a atividade sexual pode estar relacionado com a mudança de um padrão sexual tradicional para um padrão de liberação sexual, onde, a atividade sexual ficou mais banalizada nos últimos anos destacando-se a desvinculação de tal com a reprodução e vinculando a mesma a um padrão que implica apenas na preocupação da prevenção da gravidez indesejada (GONÇALVES et al., 2018).

Corroborando com estudos feitos em outras regiões do Brasil, o presente estudo mostrou que a maioria das universitárias mantiveram relações sexuais sem o uso do preservativo. Fato este, mostra que a falta de prevenção ainda é recorrente no estado e aponta para um dado preocupante, pois a utilização do preservativo é importante não só para a prevenção da

gravidez, mas também quanto a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e AIDS/HIV (Síndrome da imunodeficiência adquirida/ Vírus da imunodeficiência humana), além disso, pode ser inferido que quanto maior o número de vezes de relação feita com a mesma pessoa o uso do preservativo fica menos recorrente (DE SOUSA; CIPRIANO, 2019).

De acordo com o presente estudo, 14,55% afirmaram que o conhecimento da CE foi através dos pais, 43,18% afirmaram ser através de amigos, 38,64% por meio da internet, 0,45% através de médicos, 0,91% outros e 2,7% por nenhum dos meios, conforme a Figura 2.

Figura 2: Percentual do meio informacional do contraceptivo de emergência.



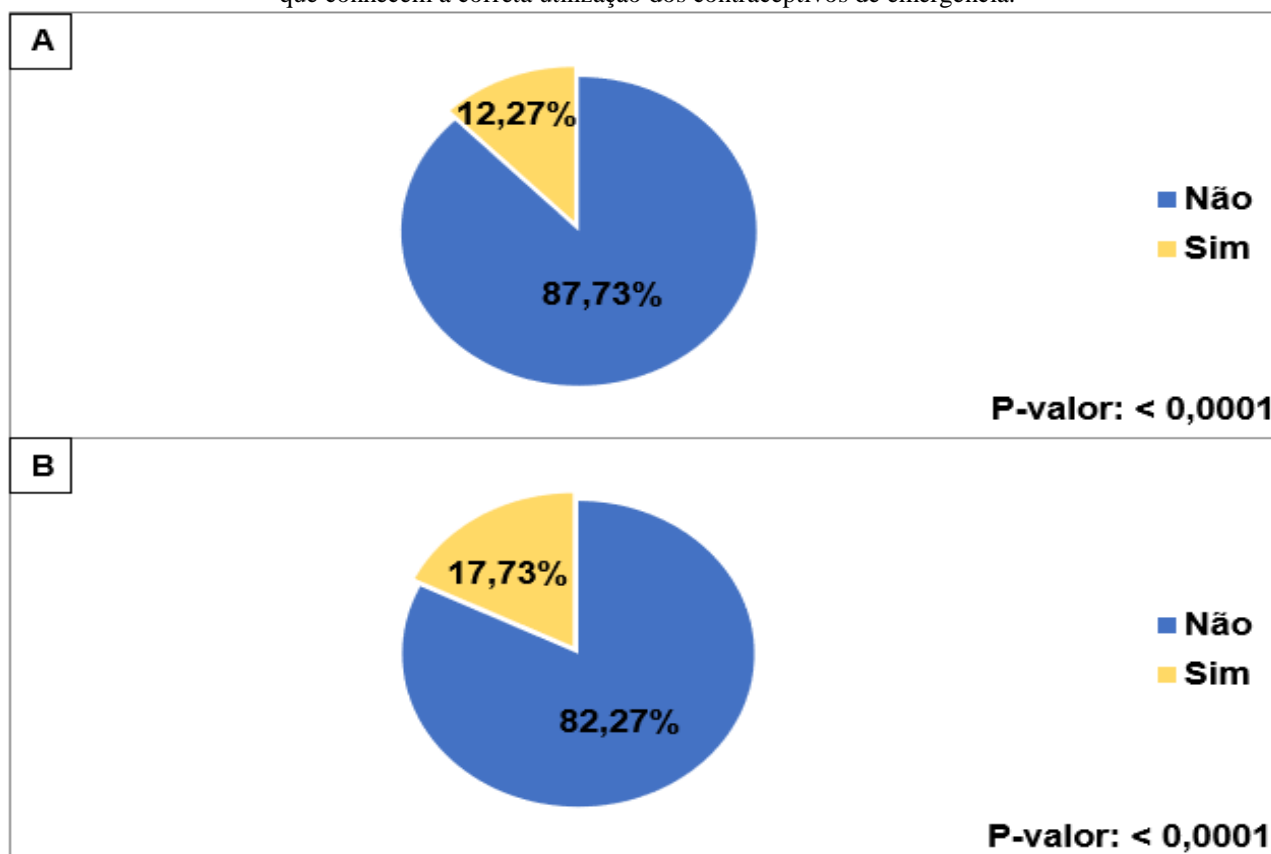
Fonte: Protocolo de pesquisa, 2020.

O fato do estudo mostrar que a maioria das universitárias relataram que tiveram conhecimento do método através de amigos corrobora com estudos feitos por De Araújo et al. (2015) e Cavalcante et al. (2016), em que a usuárias obtiveram principalmente em outros meios do que por prescrição médica, como amigos e familiares. Este fato se torna alarmante, visto que, a falta de comunicação com os pais pode levar a informações equivocadas com relação a utilização do

CE e ainda a falta de conhecimento de outros tipos menos agressivos de prevenção (PORTO et al., 2019).

O estudo mostrou que 87,73% das universitárias fazem o uso sem uma orientação médica, que 82,27% não conhecem a correta forma de utilização do CE e que apenas 17,73% sabem como é feita a utilização correta do método, sendo mostrada na Figura 3.

Figura 3: A) Percentual de universitárias que utilizaram o CE com orientação médica. B) Percentual de universitárias que conhecem a correta utilização dos contraceptivos de emergência.



Fonte: Protocolo de pesquisa, 2020.

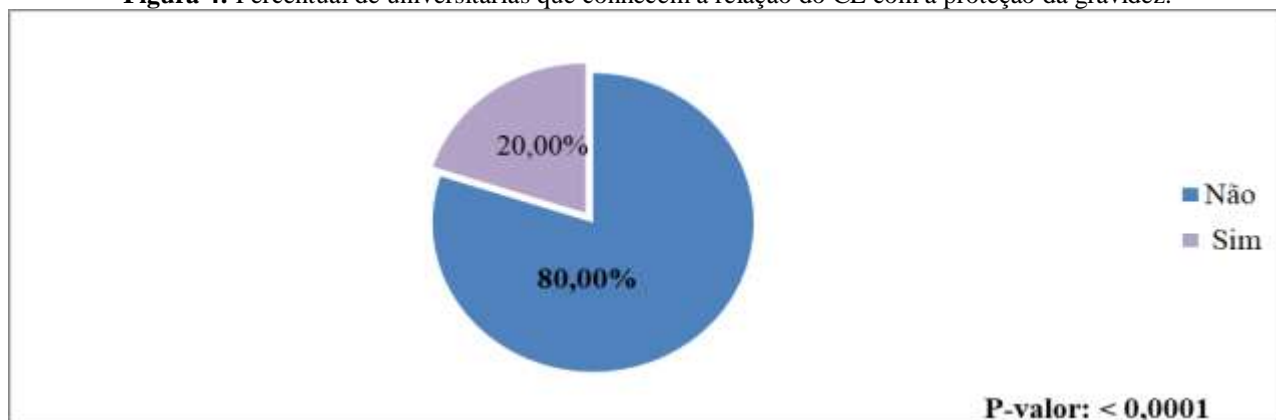
No que diz respeito a utilização do CE após a orientações médicas, verificamos que a maioria das universitárias fazem o uso indiscriminado do mesmo. Fato este corrobora como estudos feitos no Brasil e no mundo, Sendo mostrado que a maioria das estudantes fazem a compra do medicamento sem receita médica em farmácias (GONÇALVES; SILVA; DE CARVALHO, 2018). Este fato é consternador, pois o uso indiscriminado e de forma irracional ou inadequada desse tipo de medicamento pode trazer vários malefícios a saúde da usuária (LACERDA; PORTELA; MARQUES, 2019).

Neste estudo, um dado apresentou-se importante, mesmo sendo universitárias pertencentes a área da saúde, mostrou-se que ainda há um entendimento

superficial quanto ao uso correto do CE, muitas por terem ouvido falar, não significando respectiva correlação sobre informações corretas, como: vantagens, desvantagens, acesso e modo de utilização. Este dado é preocupante, visto que o uso incorreto do CE pode levar desde comprometimento do resultado esperado, diminuindo sua eficácia, até problemas de saúde como alterações hormonais ou de infertilidade. (BRAMBILLA; RIECHEL; AMADEI, 2016).

A análise também mostrou que 80,00% das universitárias não tem conhecimento com a relação da utilização dos CE e a gravidez e apenas 20,00% conhecem essa relação, conforme mostra a Figura 4.

Figura 4: Percentual de universitárias que conhecem a relação do CE com a proteção da gravidez.



Fonte: Protocolo de pesquisa, 2020.

Estes dados evidenciam que aproximadamente (80,00%) das entrevistadas acreditam não estar protegida de uma gravidez até o próximo ciclo menstrual, tal fato revela que a ainda não há grande esclarecimento de que o método não é suficiente para prevenir a gestação mediante futura relação sexual desprotegida durante um mesmo ciclo, por isso não é recomendável a adoção deste método em detrimento dos anticoncepcionais orais diários e do uso de preservativos, prevenindo não uma gravidez indesejada, quanto a DSTs e AIDS/HIV (SOARES; CAMPOS; MEIRELLES, 2015).

CONCLUSÃO

Diante do exposto observou-se que o uso do CE é um persistente problema de saúde pública. Os resultados deste estudo possibilitaram analisar as características da utilização do CE por estudantes de uma universidade do município de Belém do Pará no período de 2018, além de proporcionar uma melhor compreensão do perfil epidemiológico das usuárias, mostrando que a utilização deve ocorrer de forma correta para que não ocorram malefícios através da utilização do fármaco estudado.

No perfil epidemiológico das universitárias foi evidenciada a predominância da faixa etária de adultos jovens, raça parda, solteira, católica, que estudam e trabalham e que são alunas do curso de farmácia.

O estudo mostrou que a maioria das universitárias possui vida sexual ativa, não utilizam preservativo, possuem conhecimento sobre os CE, tiveram conhecimento do fármaco através de amigos. Também foi possível observar que as mesmas faziam utilização do fármaco sem orientação médica, não sabiam a forma correta de utilização, não sabiam se o uso dos CE tem relação com a gravidez.

Dessa forma se mostrou um recurso relevante, possibilitando a análise de dados sobre o conhecimento das universitárias acerca dos CE, colaborando para as iniciativas de gestão do cuidado a partir do subsídio ao planejamento e tomada de decisões coerentes com os condicionantes sociais envolvidos no processo de utilização do fármaco que influencia no processo saúde-doença das usuárias.

REFERÊNCIAS

BRAMBILLA, A.; RIECHEL, T.; AMADEI, J. L. Contracepção de emergência e universitárias da área da saúde. **Revista Sustinere**, v. 4, n. 2, p. 253-264, 2016.

BRANDÃO, E. R.; CABRAL, C. da S.; VENTURA, M.; PAIVA, S. P.; BASTOS, L. L.; DE OLIVEIRA, N. V. B. V.; SZABO, I. "Bomba hormonal": os riscos da contracepção de emergência na perspectiva dos balconistas de farmácias no Rio de Janeiro, Brasil.

Cadernos de Saúde Pública, v. 32, p. e00136615, 2016.

BRANDÃO, E. R.; CABRAL, C. da S.; VENTURA, M.; PAIVA, S. P.; BASTOS, L. L.; DE OLIVEIRA, N. V. B. V.; SZABO, I. Os perigos subsumidos na contracepção de emergência: moralidades e saberes em jogo. **Horizontes Antropológicos**, v. 23, n. 47, p. 131-161, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres/Ministério da Saúde, **Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa**. 2016.

CAVALCANTE, M. De S.; SOARES, M. A.; FEIJÓ, C. M.; FONTELES, M. M. de F. Perfil de utilização de anticoncepcional de emergência em serviços de atendimento farmacêutico de uma rede de farmácias comunitárias. **Revista Eletrônica de Farmácia**, v. 13, n. 3, p. 131-139, 2016.

DE ALMEIDA, F. B.; DE SOUSA, N. M. M.; DE BARROS, G. L.; DE ALMEIDA, F. B.; DE FARIAS, P. A. M.; DE OLIVEIRA, S. A. A. Avaliação do Uso de Anticoncepcionais de Emergência entre Estudantes Universitários. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**, v. 5, n. 3, p. 49-55, 2015.

DE ALMEIDA, L. M.; BARREIROS, L. L.; XAVIER, R. F.; RINALDI, M. L.; LOPES E SILVA, M. L. F.; DE FRANÇA, A. A. P.; DA SILVA, G. T. G.; RIBEIRO, P. H. D. A. C.; FONTES, L. B. A. Conhecimento e uso prévio de métodos anticoncepcionais por adolescentes de uma escola pública de Ubá. **Revista Científica FAGOC-Saúde**, v. 2, n. 2, p. 15-20, 2018.

DE ARAÚJO, A. K. L.; FILHO, A. de A. F.; DE ARAÚJO, T. M. E.; NERY, I. S.; DA ROCHA, S. S. Contracepção na adolescência: conhecimento, métodos escolhidos e critérios adotados. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 7, n. 3, p. 2815-2825, 2015.

DO CARMO, M. S. A. G.; DUARTE, S. F. P. Perfil das Usuárias de Anticoncepcionais de Emergência: Uma Revisão Sistemática. **Id On Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 11, n. 35, p. 317-324, 2017.

DE OLIVEIRA, A. P. R.; BURCI, L. M. Percepção Bioética dos Enfermeiros na Administração e/ou Orientação do Uso do Contraceptivo de Emergência.

Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics, v. 8, n. 3, p. 165-177, 2019.

DE SOUSA, L. G.; CIPRIANO, V. T. F. Contraceptivo oral de emergência: indicações, uso e reações adversas. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 22, p. e665-e665, 2019.

FERREIRA, J. B.; DA COSTA, A. P. V.; CHAGAS, A. C. A prática do uso da anticoncepção de emergência em jovens universitárias de uma instituição privada de Campo Grande-MS. **Revista Recien-Revista Científica de Enfermagem**, v. 8, n. 22, p. 3-13, 2018.

GONÇALVES, J. B. B.; SILVA, F. de A.; DE CARVALHO, R. M. Conhecimento do uso do levonorgestrel entre acadêmicas dos cursos de enfermagem e odontologia, em uma faculdade do interior paulista. **UNIFUNEC Ciências da Saúde e Biológicas**, v. 1, n. 2, p. 14-24, 2018.

LACERDA, J. O. da S.; PORTELA, F. S.; MARQUES, M. S. O Uso Indiscriminado da Anticoncepção de Emergência: Uma Revisão Sistemática da Literatura. **ID on line Revista de Psicologia**, v. 13, n. 43, p. 379-386, 2019.

LIMA, C. A. G.; MAIA, M. de F. de M.; DE MAGALHÃES, T. A.; DE OLIVEIRA, L. M. M.; REIS, V. M. C. P.; BRITO, M. F. S. F.; DE PINHO, L.; SILVEIRA, M. F. Prevalência e fatores associados a comportamentos de risco à saúde em universitários no norte de Minas Gerais. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 25, n. 2, p. 183-191, 2017.

PORTO, M. S.; AREDA, C. A.; MEINERS, M. M. M. A.; GALATO, D. DA SILVA, E. V. Conhecimento e utilização de anticoncepção de emergência por jovens no Brasil: revisão integrativa da literatura. **Revista Eletrônica de Farmácia**, v. 16, n. E, 2019.

SOARES, R. B. S.; CAMPOS, S. P. de D.; MEIRELLES, L. M. A. O uso de anticoncepcionais de emergência em universitárias de Teresina-PI. **Revista Brasileira de Farmácia**, v. 96, n. 1, p. 992-1004, 2015.

RORIZ, L.; RIBEIRO, M. L. P. da C. A pílula do dia seguinte: um estudo sobre a percepção ético- moral de acadêmicas de enfermagem da FACESA. **Revista de Divulgação Científica Sena Aires**. 2016; 5(1): 63-9.